

**CAMPANHA SERÁ LANÇADA DURANTE
O CONGRESSO ESTADUAL DA CATEGORIA**

REESTATIZA,

BRASIL!

DA REFINARIA

 **AO FOGÃO** 

SEM EXPLORAÇÃO

CHEGOU A HORA! É NESTA SEMANA

**41º CONGRESSO
ESTADUAL**
DOS PETROLEIROS E
PETROLEIRAS DO RS

BRASIL SOBERANO  **ENERGIA PARA UM
MUNDO MELHOR**

9 E 10 DE JUNHO
EM PORTO ALEGRE

SINDIPETRO-RS DEFENDE TRANSIÇÃO SOBERANA E POPULAR

O Sindipetro-RS participou do seminário "**Transição Justa e Empregos Verdes: Uma Estratégia Sindical**", promovido pela Secretaria do Meio Ambiente da CUT Nacional em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), **dias 28 e 29 de maio**. O evento reuniu lideranças sindicais, especialistas e movimentos sociais para debater os rumos da transição energética no país.

INSTRUMENTOS DE SOBERANIA - No painel "**Empresas estatais brasileiras e os caminhos para a Transição Justa**", a palavra foi da diretora da FUP e presidenta do Sindipetro-RS, Miriam Cabreira. A dirigente fez uma defesa contundente do papel estratégico das empresas estatais para garantir soberania nacional, desenvolvimento econômico e justiça social.

Segundo Miriam, a transição energética não pode reproduzir desigualdades históricas nem se transformar em uma "nova rodada colonial" contra os países do Sul Global. "Para o Brasil, não



basta falar em transição justa. Precisamos de uma transição justa, soberana e popular, que combata a pobreza energética e assegure o acesso da população à energia. Sem o papel indutor do Estado, as novas tecnologias podem se tornar mais um fator de exclusão social", afirmou a dirigente.

A presidenta do Sindipetro-RS também defendeu que as estatais tenham papel central no planejamento de longo prazo e no desenvolvimento das tecnologias necessárias para a transição energética. "Descobertas como o Pré-sal não teriam acontecido sob uma visão de curto prazo. As estatais precisam usar os recursos do petróleo para financiar a própria transição energética,

fortalecer o refino nacional e garantir uma política de preços soberana". Outras falas sobre o tema também ecoaram a necessidade de uma transição energética "justa, soberana e popular", como da representante do Sindicato dos Urbanitários do Distrito Federal, que integrou o painel.

LUTA NECESSÁRIA - O seminário contou, ainda, com a participação do ex-presidente da Petrobrás e consultor do INEEP, José Sérgio Gabrielli, que fez um alerta importante: a justiça social não virá como consequência automática da transição energética. "É preciso lutar para garantir que aconteça".

Ao final dos dois dias de debates, os participantes reforçaram que a transição energética só será justa se combinar desenvolvimento sustentável, fortalecimento da democracia, geração de empregos decentes e participação efetiva dos trabalhadores nas decisões que definirão os rumos da economia verde no Brasil ■



AGENDA

Dia **17/06** acontecerá a instalação da "**Frente Parlamentar em apoio à exploração de petróleo na Bacia de Pelotas**". A atividade será às 13h, no Salão Júlio de Castilho da Assembleia Legislativa do RS. A iniciativa é do deputado Estadual Halley Lino Souza (PT). Já no **dia 22/06**, ocorre a **posse da Diretoria Executiva e dos Conselheiros Regionais eleitos para o quadriênio 2026-2030 do Conselho Regional dos Técnicos Industriais do RS**. A atividade será às 13h30, na Rua dos Andradas, 1234, POA. Lembrando que o companheiro Edison Terterola foi um dos eleitos para o Conselho Regional do R, tendo como suplente o também companheiro petroleiro Altair Trovo.

ADEUS SALÁRIO-MÍNIMO

Enquanto a elite brasileira comemora, a classe trabalhadora poderá, num futuro breve, ver enterrada qualquer chance de vida digna. A **PEC 12/2026**, protocolada em 28 de maio de 2026 pelo senador Rogério Marinho, do PL/RN, com apoio de cerca de 40 dos 81 senadores, incluindo o senador Flávio Bolsonaro, pré-candidato à presidência da República, **acaba com o**

salário-mínimo como renda mensal garantida e institui o pagamento por hora trabalhada. Na prática, você pode ser contratado para trabalhar 20 horas por semana e receber menos que o piso nacional. O patrão é quem decide: ou você aceita migalhas ou fica desempregado. E o pior, **a jornada de 44 horas semanais continua de pé, podendo chegar à escala 7x0**. Isso não é flexibilidade. É volta à senzala.

ADEUS NEGOCIAÇÃO COLETIVA

A "**PEC da Escravidão**" como vem sendo chamada a proposta da direita no Senado **enterra de vez a negociação coletiva**. O texto permite que o acordo individual entre patrão e empregado prevaleça sobre convenções e acordos coletivos. Cada trabalhador vira uma ilha, fragilizado, sem poder de barganha. Os sindicatos perdem sua função central de proteger a categoria. **É a legalização da "pechincha trabalhista"**, com o patrão sempre levando vantagem. A proposta viola a **Convenção 98 da OIT** e destrói décadas de luta por direitos mínimos.

ADEUS FGTS, FÉRIAS E 13º

A "**PEC da Escravidão**" ainda reduz proporcionalmente todos os direitos que sustentam o trabalhador. **FGTS,**

13º salário e férias serão calculados sobre o salário-hora proporcional.

Trabalhou menos horas? Receberá menos 13º, depósito do FGTS e férias. É o desmonte do que restava de proteção social. Enquanto os deputados aprovaram o fim da jornada 6x1, os senadores da extrema direita tentam aprovar nas sombras a volta ao passado escravocrata.

ADEUS DESCANSO

A **PEC 12/2026** surgiu logo após a Câmara dos Deputados aprovar a **PEC 221/2019, que reduz a jornada semanal de 44 para 40 horas e acaba com o regime de 6x1**, em uma pauta que mobilizou trabalhadores em todo o país. Pelos estragos que poderá causar na vida do trabalhador, além de PEC da escravidão, a proposta também tem sido chamada de "**PEC da jornada 7x0**", porque acaba com qualquer condição digna de vida para o trabalhador. A PEC 12/2026 foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça do Senado e aguarda a designação de um relator. Em ano eleitoral, é importante estar atento a partidos e candidatos e ver como eles se posicionam de fato, e não apenas no discurso, sobre este e outros temas importantes para a classe trabalhadora.



SINDIPETRO-RS - SINDICATO DOS PETROLEIROS DO RIO GRANDE DO SUL | FILIADO À FUP, CNQ E CUT

DIRETORIA RESPONSÁVEL: Miriam, Dary, Alex, Nalva, Cadore, Stelmaki, Medeiros, Trovo, Camile, Davi, Edgar, Terterola, Fábio, Karina, Lautert, Oscar, Tiago Maria, Geisa, Lisboa, Russo.

JORNALISTAS RESPONSÁVEIS: Nara Roxo (Mtb 6.771) e Rita Cardoso (Mtb 14.278)

SEDE PORTO ALEGRE - Rua Lima e Silva, 818, Cidade Baixa, CEP 90.050-100 | Telefone (51) 3226.2799 - secretaria@sindipetro-rs.org.br

DELEGACIA DE CANOAS - Rua Victor Barreto, 3288, Centro, CEP 92.010-000 | Telefone (51) 3472.4622 - delegaciacanoas@sindipetro-rs.org.br

DELEGACIA LITORAL NORTE - Rua Deolindo Maggi, 52, Centro, Osório, CEP 95.520-000 | Telefone (51) 3663.2763 - delegacialitoralnorte@sindipetro-rs.org.br

CAMPANHA PETROLEIRA

"REESTATIZA BRASIL" SERÁ LANÇADA DURANTE 41º CONGRESSO ESTADUAL DOS PETROLEIROS

Dirigentes do Sindipetro-RS apontam falência do modelo de desinvestimento e defendem retomada do controle estatal da BR Distribuidora (Vibra), Liquigás e refinarias vendidas.

A Campanha "Reestatiza Brasil", com o mote "Do poço ao posto e ao fogão" será oficialmente lançada, no RS, dia 09/06, durante a abertura do 41º Congresso Estadual dos Petroleiros/as. A campanha tem sido impulsionada nacionalmente pela FUP e sindicatos filiados. A informação foi confirmada durante o programa **Papo Direto Online (PDO)** dia 05/06, pelos diretores do Sindipetro-RS, Dary Beck Filho e Alex Frey. Eles detalharam os eixos centrais da mobilização e a urgência de recolocar o debate sobre a reestatização na ordem do dia da classe trabalhadora.

O movimento pretende colocar no centro do debate o que impacta diretamente a vida da população: o preço da energia, dos combustíveis, do gás e o custo de vida no país. **Da refinaria ao fogão, a privatização fez o Brasil perder o controle sobre setores estratégicos.** E quem paga essa conta, todos os dias, é o povo brasileiro. A campanha surge para defender: soberania nacional; preço justo; desenvolvimento; energia acessível; e qualidade de vida.

GUERRA E PREÇOS NAS ALTURAS

De acordo com Dary, a recente escalada de tensão entre Estados Unidos e Irã escancarou um dos maiores absurdos do atual modelo de negócios da Petrobrás: a dolarização dos preços internos. "Isso mostrou um fato para o qual que a gente sempre alertou. A Petrobrás, cumprindo o papel que foi dado pelo povo brasileiro, segurou os preços, que explodiram. O petróleo está em torno de US\$ 100, mas aqui a Petrobrás segurou, manteve os preços em valores razoáveis", afirmou Dary. No entanto, destacou que as distribuidoras e os postos de combustíveis "cresceram o

olho" e mantiveram a margem de lucro, ignorando a política de contenção da estatal. "Isso mostrou para a população quem são os culpados por termos esse encarecimento", completou o dirigente, apontando que a fragmentação do sistema abre espaço para abusos contra o consumidor.

DO POÇO AO POSTO E AOS FOGÕES

Alex Frey explicou que a campanha **Reestatiza Brasil**, neste primeiro momento, focará na recuperação de ativos estratégicos vendidos nos governos Temer/Bolsonaro, com três alvos principais: a **BR Distribuidora** (atual Vibra), braço de varejo cuja venda fez com que a Petrobrás perdesse o controle sobre o preço final nas bombas. "Os postos que têm bandeira BR ou Petrobrás hoje são da Vibra, uma empresa privada", alertou Frey; a **Liquigás**, a distribuidora de gás de cozinha, essencial para milhões de famílias, que também foi privatizada e agora pratica preços dissociados da realidade da produção nacional; e as **refinarias vendidas**, como as unidades da Bahia (RLAM), Manaus (REMAN) e outras unidades do Norte que precisam retornar ao controle da estatal para garantir o abastecimento e o refino em território nacional. "Queremos voltar àquela ideia da Petrobrás do poço ao posto. Ouvi o pessoal falando melhor ainda, do poço ao fogão, para baratear o gás de cozinha, que é um insumo essencial para a maioria das famílias brasileiras", resumiu Alex Frey.

LANÇAMENTO NO 41º CONGRESSO ESTADUAL

O 41º Congresso Estadual dos Petroleiros/as do RS, que ocorre nos dias 9 e 10/06, foi escolhido como o palco para o pontapé inicial da campanha no estado. "Vamos fazer o lançamento durante a abertura do Congresso, **na terça-feira, dia 9**. Os outros sindicatos estão fazendo esses lançamentos nos seus congressos. É uma oportu-



tidade de colocar na roda desse debate qual é a opinião que os candidatos que concorrem na próxima eleição (deputados, senadores, governadores e presidente) têm sobre essa questão", destacou Dary, mirando no período eleitoral. Os dirigentes também fizeram um forte apelo para que a discussão política não seja tratada como tabu ou algo "chato", mas como ferramenta diária de sobrevivência da classe trabalhadora.

Dary foi enfático ao lembrar o histórico recente de ataques: "A gente viu o que acontece quando a gente dá brecha para a extrema-direita e para quem quer vender o país. Se a gente não estiver atento, a gente vai acabar sendo atropelado. Eles tentam passar a boiada quando as câmeras e holofotes estão viradas para o outro lado".

Já Alex destacou que se você não gosta de política, alguém vai tomar a decisão no seu lugar. "Alguém que gosta de política vai tomar a decisão por você e quem não escolheu não vai estar isento de ser afetado".

Energia não pode ser privilégio. Energia é direito! E o Brasil precisa voltar a pensar primeiro nas pessoas. **REESTATIZAR É DEFENDER O BRASIL E O BOLSO DO POVO!**

O FUTURO DA ENERGIA COMEÇA COM VOCÊ

O 41º Congresso Estadual dos Petroleiros e Petroleiras do Rio Grande do Sul – o maior espaço de deliberação da nossa categoria é nesta **terça e quarta-feira, dias 9 e 10 de junho**. O encontro este ano terá como tema "**Brasil Soberano: Energia para um mundo melhor**" e propõe a construção de um futuro justo, com soberania e valorização dos trabalhadores.

O painel de abertura, na noite da terça, 9, estará a cargo de **Ticiane Álvares, do INEEP**, e de **Leonardo Maggi, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)**, que falarão sobre conjuntura e reestatização, medida mais do que necessária para que o Sistema Petrobrás possa voltar a atender com soberania a Nação brasileira.



TRABALHADORES DENUNCIAM CONGRESSO DE TOXICOLOGIA QUE IGNORA QUEM ADOECE

Enquanto especialistas, cientistas e representantes da indústria debatiam as "novas abordagens regulatórias" para substâncias tóxicas em um edifício de luxo na capital paulista, os trabalhadores, aqueles que diariamente enfrentam a exposição ao benzeno e outras substâncias cancerígenas, estavam do lado de fora. Sem convite.

O relato é do diretor do Sindipetro-RS, Anderson Medeiros, durante o programa **Papo Direto Online** da sexta, 5/6. Ele participou de um **protesto na porta do XX Congresso Brasileiro de Toxicologia (CBTOX)**, que aconteceu entre os dias 2 e 6/6, em São Paulo, em um local descrito por ele como "um dos lugares com o metro quadrado mais caro da cidade". O congresso teve como tema a "**Toxicologia ambiental e ocupacional, incluindo novas abordagens regulatórias**" e contou com patrocínio de grandes empresas e federações patronais. O que o material promocional não diz, segundo Medeiros, é quem ficou de fora da mesa. "Nós, os trabalhadores, os sindicatos, não fomos convidados, um absurdo, porque não tem como avançar numa agenda regulatória sem chamar os trabalhadores para falar de toxicologia ocupacional".



VRT x LEO - A disputa central que atravessa o congresso, e que motivou a presença dos petroleiros em protesto, é a **tentativa patronal de substituir o atual Valor de Referência Tecnológico (VRT) pelo chamado Limite de Exposição Ocupacional (LEO) para o benzeno**. Em termos práticos, a diferença é brutal:

- **VRT (atual):** Reconhece que o benzeno é uma substância cancerígena **sem limiar seguro**, ou seja, não existe nível mínimo de exposição que elimine o risco de desenvolver leucemia e outros cânceres. A meta é sempre reduzir a exposição ao máximo.
- **LEO (proposto):** Estabeleceria **um número mágico, um limite "aceitável" de exposição**. Cumprindo esse número, o empregador estaria tecnicamente livre de responsabilidades, ainda que trabalhadores continuem adoecendo.

PATROCÍNIO SUSPEITO E PALESTRANTES ALINHADOS - A denúncia do dirigente vai além da exclusão. Ele aponta para um possível conflito de interesses envolvendo os palestrantes convidados, muitos dos quais defendem abertamente o retrocesso representado pelo LEO. "Nesse momento de ataque científico aos trabalhadores, porque são cientistas colocando que o limite é importante, a gente vê a importância de ter instituições como a Fundacentro, que estava lá e fez uma palestra brilhante, e o Inca (Instituto Nacional do Câncer) que defende os trabalhadores", afirmou. A ausência da **Fiocruz, instituição que já emitiu parecer técnico contundente contra o LEO**, também foi destacada pelo diretor, que contrastou o evento paulistano com o ToxLatin, realizado em Porto Alegre no ano passado. Na ocasião, os trabalhadores foram convidados a participar, e a renomada doutora Arline Arcuri (referência nacional em saúde do trabalhador) esteve presente.

Mais ainda mais grave, segundo o dirigente petroleiro, foi a atuação do atual coordenador da **Comissão Nacional Permanente do Benzeno (CNPBz)**, órgão tripartite que deveria equilibrar interesses de governo, patrões e trabalhadores. Segundo Medeiros, o coordenador fez uma "palestra repetida" no CBTOX, defendendo "com muita força" o limite de disposição ocupacional, se embasando em novas informações ainda não comprovadas de que existiria um limiar seguro para o benzeno.

Medeiros concluiu sua fala com uma questão que, para ele, sintetiza o debate: "Por que não manter o VRT? Por que estabelecer um limite de exposição ocupacional e ter um número? Existe um valor financeiro que justifica expor a pessoa à morte?" E respondeu: "O LEO é isso. É falar que existe um certo valor X de dinheiro que, se o patrão for ganhar aquele valor, então está justificado expor as pessoas a contraírem câncer." **A LUTA CONTINUA!**

SERVIÇOS

PLANTÕES JURÍDICO E DE ASSISTENTE SOCIAL

ESCRITÓRIO COSTA ADVOGADOS (Direito Civil e Tributário) - **Dr. Lúcio Costa** e **Dra. Graciele Santiago Gonçalves** - Deve ser enviado um e-mail para atendimento@costaeadvogados.adv.br

ESCRITÓRIO DIREITO SOCIAL (Direito Trabalhista e Previdenciário) - **Dr. Abrão Blumberg** e **Caroline Anversa** - Agendamento através do **WhatsApp (51) 992.921.642**.

ASSISTENTE SOCIAL - **Jaqueline da Costa** - Atendimento pode ser agendado pelo WhatsApp da Secretaria **(51) 998.943.814**.

NOTAS

INFORME JURÍDICO

Assessoria jurídica da FUP alerta que circulam na imprensa jurídica **informações incorretas** sobre uma recente decisão do TST, **envolvendo os petroleiros embarcados**. Ao contrário do que foi noticiado, a FUP esclarece que a escala segue válida. O que o Tribunal declarou ilegal foi a tentativa da Petrobras de compensar, unilateralmente, as folgas suprimidas dos trabalhadores. De acordo com a assessoria jurídica da FUP, **o julgamento do TST não tem "nada a ver com um suposto fim do 14x21"**. O que a Corte decidiu foi pela invalidade do sistema de compensação de jornada de trabalho imposto pela Petrobrás aos trabalhadores embarcados que atuam nesse regime. **O 14x21 continua válido**. O que foi declarado ilegal é a forma como a Petrobrás estava querendo compensar a sobrejornada, já que a empresa queria lançar as horas acima dos 14 dias como se fosse um banco de horas. A FUP orienta a categoria petroleira a replicar o esclarecimento para que ninguém seja induzido ao erro por conteúdos imprecisos. **A luta agora é para que a Petrobrás cumpra a decisão e pague as horas extras devidas**, sem tentar mascarar a sobrejornada com falsos bancos de horas.

OS PAIS DO PIX

Ele facilita pagamentos nas 24 horas por dia, sete dias da semana, faz transferências em segundos e é gratuito. Estamos falando do **PIX**, agora na mira pelos EUA por impactar nas empresas de cartão de crédito (Visa, Mastercard e outras, que cobram taxas e lucram com isso). O PIX foi lançado em 2020, mas **sua gestação deu-se muito antes, ainda no governo Dilma. A ideia de criar o Pix surgiu de um grupo de servidores públicos do Banco Central do Brasil**. Os participantes do projeto se basearam em dados de formas de pagamentos instantâneos praticadas no exterior e adaptaram ideias para promover a acessibilidade do cidadão comum ao sistema. **A primeira política do BC sobre pagamentos instantâneos foi lançada em 2014. Mas o projeto teve início de fato, em 2016**. Hoje, segundo dados do BC, mais de 170 milhões de pessoas, ou 80% da população, já fizeram uma operação com Pix.